Valor Econômico | 11/12/18 | BRASIL

Senado tenta alterar concessão de crédito a Estados

Por Marta Watanabe e Vandson Lima | De São Paulo e Brasília

O plenário do Senado pode votar hoje um projeto que, na avaliação de técnicos ligados à equipe econômica, afrouxa sensivelmente os critérios atualmente aplicados para medir a saúde financeira dos governos regionais. É uma tentativa de impor ao Tesouro Nacional metodologia de avaliação de risco na concessão de garantias em operações de crédito a Estados e municípios. O projeto, que após tramitação "meteórica" entrou na pauta de hoje do plenário do Senado, tiraria do Tesouro o poder de definir o quão arriscado é garantir empréstimos a um governo regional.

Ainda segundo os técnicos, numa análise preliminar, pelo menos quatro Estados - Acre, Alagoas, Paraíba e São Paulo -, além da Prefeitura de São Paulo, seriam prejudicados com o critério proposto no projeto. Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.

De autoria dos senadores Walter Pinheiro (sem partido/BA), Lídice da Mata (PSB/BA) e Otto Alencar (PSD/BA), o projeto restabeleceria um critério antigo de avaliação de riscos, instituído em 2012 pela Portaria 306 do Ministério da Fazenda. Essa portaria foi revogada no ano passado.

Por essa portaria já revogado, diz Claudia Romano, coordenadora de administração financeira da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, o tamanho da dívida e dos pagamentos relacionados a ela eram o critério preponderante no rating do Tesouro Nacional. Esse método, lembra, foi substituído pelo atual, em linha com o utilizado internacionalmente por agências de avaliação de risco e que levam em conta, além do endividamento, os critérios de liquidez e de poupança corrente.

Claudia diz que a Fazenda paulista não fez os cálculos, mas a nota do Estado certamente pioraria com o critério proposto pelo projeto. Ela explica que o endividamento do Estado é relativamente grande, mas o Estado tem capacidade de pagamento para fazer frente não somente ao serviço da dívida como aos demais compromissos.

Segundo técnicos do governo, os critérios antigos, que o projeto pretende restabelecer, privilegiava a avaliação do endividamento de longo prazo e ignorava o fluxo de caixa de curto prazo, o que beneficiava entes que possuem dívida relativamente baixa, mas que hoje estão com dificuldades para quitar suas folhas de pagamento.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que, se a mudança for aprovada, o Estado pode deixar de selar operação de crédito de R$ 600 milhões para investimentos em infraestrutura em negociação há cerca de um ano e com trâmite já em curso para aprovação de aval pelo Tesouro. Para ele, uma mudança do critério atual tiraria a confiança do sistema financeiro em relação ao rating dos governos regionais. Essa mudança, diz Santoro, foi feita após consulta pública aberta a todos os Estados e interessados, inclusive do setor financeiro.

O senador Walter Pinheiro, um dos autores do projeto, diz que a ideia é restabelecer as atribuições do Senado em relação aos financiamentos solicitados pelos governos regionais. Ele argumenta que, segundo a Constituição Federal, cabe ao Senado dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito. O novo critério adotado pelo Tesouro, diz ele, não foi aprovado pelo Senado. Por isso o projeto restabelece o retorno ao critério antigo de avaliação de risco.

Ao mesmo tempo, diz o senador, os Estados precisam aumentar a sua capacidade de captar operações de crédito num momento em que a União, pressionada pelo teto de gastos, está impedida de transferir mais recursos aos Estados. "Sem isso, como os Estados vão funcionar?", questiona ele.



O trâmite veloz dado ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) 62/ 2018 no Senado é incomum. Ao mesmo tempo, é uma estratégia típica para medidas consideradas controversas, de grande impacto, mas para as quais os congressistas não querem dar grande publicidade.

Tendo sido aprovado um requerimento de urgência, a proposta irá direito ao plenário, onde já consta como quinto item da pauta de votações desta terça-feira, mesmo sem passar por qualquer comissão temática.

Como ainda não há um parecer da matéria, caso seja colocada em votação a proposta, o presidente Eunício Oliveira (MDB-CE) vai designar um relator no plenário mesmo. Por se tratar de um projeto de resolução do Senado, o texto não precisa tramitar na Câmara dos Deputados nem do aval da Presidência da República. Se aprovado, é promulgado pelo próprio Senado e entra em vigor.

Valor Econômico | 11/12/18 | BRASIL

Déficit do FAT deve triplicar até 2030

Por Fabio Graner | De Brasília

O déficit do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - que, além de pagar o seguro-desemprego e o abono salarial, é fonte de recursos para o BNDES - deve quase triplicar, em termos nominais, até 2030. Cálculos feitos pelos economistas Guilherme Tinoco, Gilberto Borça Junior e Henrique Macedo, do banco de fomento, apontam que o rombo do FAT deve passar de R$ 9,1 bilhões neste ano para R$ 26 bilhões no fim da próxima década. Em relação ao tamanho da economia, contudo, essa alta no resultado negativo é bem mais moderada, subindo de 0,14% para 0,18% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os dados constam de artigo inédito sobre os 30 anos do FAT, obtido antecipadamente pelo Valor e que em breve será publicado pelos autores. O material aponta que, nos próximos anos, esse mecanismo deve voltar a ser a principal fonte de recursos do banco federal de fomento. Isso por causa da política de devolução acelerada de recursos emprestados pelo Tesouro nos governos do PT, que vem reduzindo desde 2015 o papel desses empréstimos do governo federal como fonte de financiamento da instituição federal.

Os autores lembram que, até 2007, a participação do FAT era crescente no BNDES, chegando a alcançar 60% do total. Mas, nos anos seguintes, foi caindo e hoje representa cerca de metade do que era naquele ano. Com as devoluções ao Tesouro (que ainda representa mais da metade dos recursos do banco), essa trajetória começou a se reverter a partir do ano de 2015.

"Após sucessivas devoluções antecipadas entre 2015 e 2018, e tendo em vista a renegociação da dívida realizada entre as duas instituições este ano, o saldo devedor do BNDES com o Tesouro Nacional terminará 2018 em torno de R$ 300 bilhões, valor próximo ao montante de recursos do FAT em seu passivo", afirmam os autores no texto.

Os economistas lembram que, na Constituição, o fundo está definido como fonte de recursos para o BNDES. Por isso, eles consideram importante prospectar o cenário de resultados de receitas e despesas desse fundo, para mapear qual será a capacidade de o banco emprestar nos próximos anos.

"Os déficits do FAT, juntamente com a situação fiscal mais delicada do Tesouro Nacional, constituem-se em um problema em potencial para o fundo e, consequentemente, para o BNDES. Quanto mais deficitário é o FAT, maior a chance de haver alguma disputa por seus recursos, o que poderia levar o banco a perder parte de seu funding", diz o texto. "O Tesouro Nacional poderia se mostrar reticente a realizar gastos para cobrir o hiato entre receitas e despesas, obrigando o FAT a ter que utilizar recursos de seu patrimônio líquido para cobrir os resultados deficitários de fluxo", completa.

Mas eles também registram que os resultados deficitários não são suficientes para reduzir o patrimônio líquido do FAT (na prática, uma das fontes do banco) em termos nominais, no cenário-base.

"A situação financeira atual do FAT desperta preocupações, uma vez que o fundo apresenta déficits orçamentários quase ininterruptos desde 2009. Se a atual tendência permanecer, o FAT precisará utilizar recursos de seu patrimônio líquido para financiar os resultados negativos, o que reduzirá o principal funding institucional do BNDES, comprometendo o potencial de financiamento de longo prazo do banco", afirma o texto.

No artigo de 38 páginas, os economistas ainda projetam outros três cenários para os resultados de receitas e despesas: um pessimista, no qual o déficit vai a R$ 62 bilhões (0,42% do PIB) em 2030, partindo de R$ 18 bilhões (0,27% do PIB)



em 2018; um moderado (no qual os resultados são levemente positivos em todo o período); além de um otimista, no qual as receitas de PIS/Pasep (principal fonte de recursos do fundo) crescem mais aceleradamente e as despesas de seguro-desemprego e abono salarial caem de forma mais significativa. Nesse último, o superávit do fundo chega a R$ 36,9 bilhões no fim da década que vem.

A análise da evolução do FAT aponta que "a deterioração dos resultados decorreu de um menor crescimento da receita em relação ao crescimento da despesa e essa tendo como principal explicação a elevação do gasto com seguro desemprego". Com o seguro-desemprego, contudo, já houve ajustes importantes de regras a partir de 2015 que sinalizam uma melhora dinâmica desses gastos nos próximos anos. Além disso, os autores lembram que está no radar a mudança de regras no abono nos próximos anos (há quem defenda o fim desse benefício previsto na Constituição, inclusive na equipe econômica do governo eleito).

O texto destaca que "o país vive uma crise fiscal aguda e a disputa por recursos parece ficar cada vez mais acirrada. Tratando-se de um país ainda bastante desigual, é importante que se tenha bastante critério na escolha das prioridades e na estratégia de desenvolvimento".

Cenários para O FAT

Desempenhos projetados para o Fundo de Amparo ao Trabalhador

Em R$ bilhões

	Otimista	Moderado	Base	Pessimista
2018	7,8	0,5	-9,1	-18,8
2019	9,1	0,7	-10,2	-21,2
2020	10,4	1,0	-11,3	-23,5
2023	15,3	2,1	-14,9	-32,0
2025	19,8	3,4	-17,7	-38,9
2028	28,9	6,5	-22,4	-51,5
2030	36,9	9,6	-26,0	-62,0

Em % do PIB

	Otimista	Moderado	Base	Pessimista
2018	0,11	0,01	-0,13	-0,27
2019	0,12	0,01	-0,14	-0,29
2020	0,13	0,01	-0,14	-0,30
2023	0,16	0,02	-0,16	-0,34
2025	0,19	0,03	-0,16	-0,36
2028	0,22	0,05	-0,17	-0,40
2030	0,25	0,07	-0,18	-0,42

Fonte: Estudo dos economistas Guilherme Tinoco, Gilberto Borça Junior e Henrique Macedo, do BNDES

Valor Econômico | 11/12/18 | FINANÇAS

BNDES pode atingir meta de vender R$ 12 bi em participação acionária

Por Francisco Góes | Do Rio

A meta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de vender este ano R$ 12 bilhões em participações acionárias da carteira da subsidiária BNDESPar é possível de ser atingida, mas não será feita a qualquer custo, disse ao Valor Eliane Lustosa, diretora da área de mercado de capitais do banco de fomento. De janeiro a setembro, a BNDESPar vendeu R$ 6,4 bilhões em ações e obteve ganho de R$ 4,78 bilhões com essas operações. A venda a mercado de ações de Vale e de Petrobras e o desinvestimento integral da posição do banco em Eletropaulo responderam por quase todo o resultado da BNDESPar com alienações até setembro.

"Estamos trabalhando [para atingir a meta de R$ 12 bilhões em vendas de ações em 2018], mas depende das condições de mercado. O banco não tem obrigação de vender [todo esse valor este ano]", disse Eliane. Caso as condições de mercado não forem favoráveis, o banco pode esperar um melhor momento para fazer a venda, talvez no começo do ano que vem, disse Eliane. "Imagino que 2019 seja um ano em que o banco vai ter boa perspectiva, com a recuperação da economia, de desinvestir de ativos maduros que tem na carteira", disse Eliane. Ela afirmou que já há metas de desinvestimento em discussão, mas o mais relevante, na visão dela, é que o novo governo e o futuro presidente do banco, Joaquim Levy, vão encontrar políticas estruturadas na BNDESPar para vender as ações que tenham mercado e compradores, afirmou.

Os R$ 6,4 bilhões vendidos de janeiro a setembro pela BNDESPar ficam um pouco abaixo dos R$ 6,7 bilhões em participações acionárias alienadas em todo o ano passado pela empresa do BNDES. Em 2016, a venda de ações foi menor, de R$ 1,7 bilhão. Eliane reafirmou que a meta de alienar R$ 12 bilhões em ações em 2018 não inclui a venda da participação do banco na Fibria por R$ 8,4 bilhões. Esses recursos devem entrar no caixa do banco no começo de janeiro de 2019. Somente a venda total da participação acionária do banco na Eletropaulo foi responsável por R$ 1,1 bilhão do resultado da BNDESPar no terceiro trimestre de 2018.

A destinação do dinheiro obtido com a venda das ações caberá ao novo governo, que poderá acelerar a devolução de recursos ao Tesouro Nacional. A BNDESPar trabalha para fazer nova chamada de fundos de investimento e tem buscado apoiar a subscrição de debêntures. O banco também quer ancorar emissões de "equity" incentivando o mercado de capitais.

O que está claro hoje é que não existe ativo estratégico na BNDESPar, tudo é passível de venda. Eliane afirmou que o banco, quando entra em uma empresa, tem que cumprir determinados objetivos que justifiquem sua atuação, como garantir externalidades (efeitos positivos) em inovação, infraestrutura, segurança, saúde e o desenvolvimento do próprio mercado de capitais. "Também está registrado na política [da BNDESPar] que quando o objetivo [em uma empresa for cumprido] o banco tem que buscar a venda, o que depende de preço e condições de mercado. Não posso ficar 20 anos em um ativo", disse a executiva.

Com base nessa política, a BNDESPar tem que procurar a melhor saída para as suas participações. Em 30 de setembro, os ativos totais da empresa somavam R$ 108,2 bilhões e as participações societárias, incluindo coligadas, não coligadas e fundos de renda variável, somavam R$ 78,4 bilhões. Se a ação tiver liquidez e até certos volumes, a venda pode ser feita no mercado (em bolsa), como a BNDESPar tem feito com suas participações em Vale e Petrobras. Depois das vendas feitas até setembro, as fatias da BNDESPar no capital total de Petrobras e de Vale ficaram em 8,37% e 7,35%, ante 9,67% e 7,60%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. Se, no entanto,



a ação não tiver liquidez, o banco pode fazer a venda para investidor estratégico. Eliane disse que, recentemente, a diretoria da BNDESPar aprovou um modelo de venda estruturada de ações de companhias nas quais o banco tem participação relevante, mas cujos papéis não têm muita liquidez no mercado.

Segundo ela, até o fim deste ano será lançado processo para selecionar banco privado que irá auxiliar a BNDESPar na alienação de participação acionária nesse modelo de venda estruturada. "Se as propostas [dos investidores] não vierem no preço esperado, não há obrigação de concluir a operação." A área de mercado de capitais do banco já está avançada na escolha do ativo a ser vendido, o que leva em conta aspectos como liquidez e preço das ações. Essa política de venda estruturada permite fazer o desinvestimento com maior rentabilidade para a BNDESPar.

A diretora afirmou que toda a política de investimento e desinvestimento da área de mercado de capitais do BNDES foi escrita a partir de discussões que o banco vem tendo, ao longo dos últimos anos, com o Tribunal de Contas da União (TCU). Eliane reconheceu que a BNDESPar cresceu muito, envolveu-se em operações relevantes, mas os processos internos da empresa não acompanharam esse crescimento no mesmo ritmo.

Desde 2016, quando chegou ao banco, Eliane dedicou boa parte de seu tempo a revistar processos e permitir que as regras para investir, acompanhar o ativo e desinvestir fossem escritas, dando maior segurança aos técnicos do BNDES para tomar decisões, considerando auditorias que são feitas pelo TCU a posteriori. Uma discussão importante era saber se o banco poderia vender uma participação acionária abaixo do preço de mercado. O preço de mercado é um sinal, mas não significa, necessariamente, que é um preço justo. Nas políticas da área de mercado de capitais do banco, optou-se por definir regra segundo a qual as ações serão vendidas acima do preço justo definido pela BNDESPar. Com essa finalidade, foi criado comitê para discutir a avaliação e as premissas para a venda de ações e toda a documentação é registrada em ata e guardada. É uma medida importante na prestação de contas futuras aos auditores do TCU.



FOLHA DE SÃO PAULO | 11/12/18 | MERCADO

BNDES mira FGTS e Nordeste para oferecer taxas mais baixas a empresas

Banco público tenta ampliar atuação para competir com Caixa e bancos estatais regionais

Mariana Carneiro e Julio Wiziack

Brasília- A três semanas do fim do governo Michel Temer, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) busca maneiras de voltar a operar com taxas de juros mais baixas dos as praticadas no mercado.

A instituição, com essa medida, quer disputar clientes com a Caixa e outros bancos estatais que fazem empréstimos mais baratos ou subsidiados.

A aposta, segundo pessoas que participam das articulações, é derrubar as barreiras que existem hoje à operação do banco nestas linhas de crédito, deixando aberta a possibilidade de atuação na próxima administração.

Em uma das frentes, o BNDES tenta convencer o Conselho Curador do FGTS (Rindo de Garantia do Tempo de Serviço) a quebrar o monopólio da Caixa como operador único dos recursos do fundo, usado para financiar obras de infraestrutura e saneamento. Hoje, só a Caixa pode emprestar os recursos do FGTS.

Em uma segunda trincheira, o banco costurou apoio de parlamentares para reverter um veto do presidente Michel Temer à medida provisória que o autorizava a fazer empréstimos com juros reduzidos no Norte e no Nordeste.

Esta atribuição é hoje dos bancos regionais estatais Basa (Norte) e BNB (Nordeste), autorizados a oferecer empréstimos com recursos dos fundos constitucionais — mais baixos porque são subsidiados.

O Tesouro banca essa diferença de taxas. Neste ano, as despesas com este subsídio devem chegar a R$ 8,18 bilhões, e a previsão é que subam para R$ 9,9 bilhões em 2019.

O BNDES quer entrar nesses dois mercados para reverter a fraca demanda por seus empréstimos. O resultado é que ele acumulou dinheiro em caixa. O nível de capital próprio (conhecido como índice de Basiléia) chegou a 29% em junho—a média dos maiores bancos brasileiros foi de 17,4%.

De janeiro a setembro, o BNDES desembolsou R$ 43 bilhões, valor muito distante do de anos de pujança (entre 2010 e 2014), quando os desembolsos anuais superaram R$ 100 bilhões.

O boom do passado fora possível com a injeção de recursos da União no BNDES em cerca de R$ 500 bilhões, durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff Foi uma forma de tentar turbinar a atividade e evitar a desaceleração do crescimento econômico, após a crise financeira global.

Desde que Temer chegou à Presidência, no entanto, a ordem tem sido reduzir o tamanho do banco para auxiliar o ajuste fiscal. O banco já devolveu R$ 310 bilhões, usados para abater a dívida pública, e o acordo é pagar R$ 26 bilhões por ano até 2040.

A expectativa é que essa política seja mantida no próximo governo, com a chegada de Joaquim Levy ao comando do BNDES. Ex-ministro da Fazenda e ex-secretário do Tesouro, Levy é conhecido pela disciplina fiscal.

Consultado pela Folha sobre os movimentos recentes do banco para avançar sobre as linhas de crédito dos outros bancos estatais, Levy disse que pretende esperar até



assumir efetivamente antes de comentar seus planos para a instituição.

O principal argumento a favor é que, se conseguir operar financiamentos com recursos do FGTS, o BNDES poderá ajudar o fundo a destravar projetos que hoje estão represados por causa da escassez de capital próprio da caixa—que vive realidade oposta à do BNDES.

Neste ano, o fundo previu liberar R$ 6 bilhões em empréstimos para infraestrutura, mas a Caixa só conseguiu fechar cerca de R$ 1 bilhão.

O segundo argumento, ressaltado por funcionários do BNDES, é que o banco perdeu a capacidade de competir com a chegada da TLP (taxa de longo prazo), em janeiro de 2018. A nova taxa acabou com o crédito subsidiado (pelo Tesouro) oferecido pelo banco.

Com juros mais altos o banco perdeu clientes no Nordeste, como projetos de energia eólica e o financiamento de obras de transporte urbano na Bahia. Os empreendedores optaram pelo BNB, que oferece taxas mais baixas graças aos subsídios.

Enquanto o BNDES opera um juro básico (sem contar as margens bancárias) de 6,5% ao ano, o BNB pode aplicar redutores à TLR que baixam a sua taxa básica a 3,25% ao ano.

A perda de clientes era esperada pelo governo, que queria que o BNDES concentrasse a atuação no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deixando o Norte e Nordeste para os bancos regionais.

Na votação da medida provisória 812, que ditou as novas regras para o funcionamento dos fundos constitucionais, parlamentares do Nordeste emplacaram uma emenda que concedeu ao BNDES as mesmas condições de operar que os bancos regionais.

Por orientação da Fazenda, Temer vetou o trecho, mas parlamentares do Nordeste articulam a derrubada do veto com a bênção do BNDES.

A equipe de transição, a serviço do futuro superministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que a derrubada do veto não é bem-vinda, principalmente porque iria contra avaliação técnica da Fazenda.

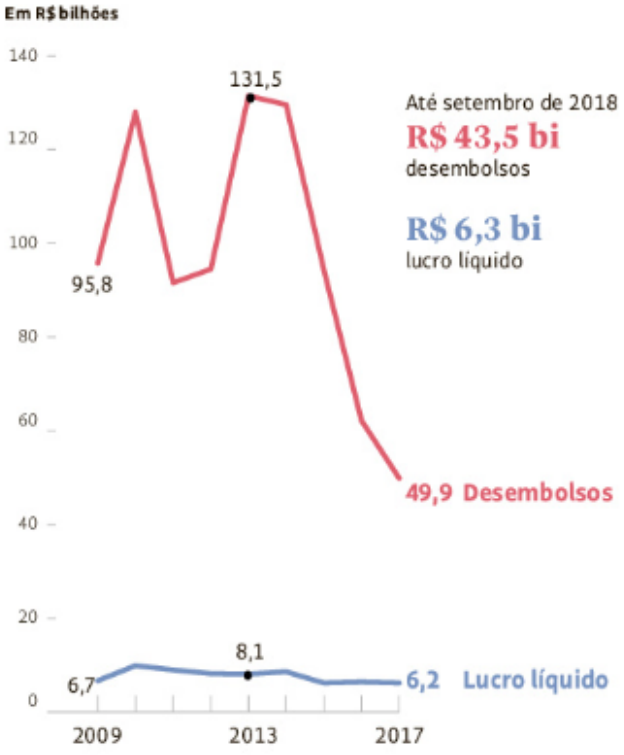
Procurado pela Folha, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, negou que a TLP tenha afetado a competitividade do banco. Ele disse que a emenda vetada por Temer não alinharia automaticamente os juros do BNDES aos dos demais bancos estatais que operam no Norte e Nordeste.

"Mesmo que derrubem o veto, [o redutor de TLP] não é obrigatório. Isso dependeria de dotação orçamentária." Ou seja, de previsão orçamentária para o subsídio.

Dyogo acrescentou que já conversou com Guedes e Levy sobre o assunto, e que o veto não deverá mais ser derrubado. "Se for conveniente, pode ser feito a qualquer momento mudando a legislação", disse.

Ele afirmou ainda que a estratégia de operar o FGTS é um "assunto velho" e não houve avanço desde que a proposta foi colocada para o conselho curador.

Com taxas mais elevadas, BNDES perde clientes



Fonte: BNDES

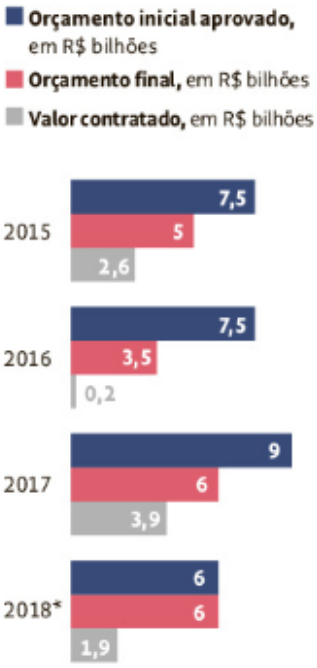
Por que o BNDES passou a oferecer taxas mais altas?
A equipe econômica do presidente Michel Temer decidiu pôr fim aos subsídios do banco, que passou a operar com a TLP (Taxa de Longo Prazo), mais alinhada com taxas de mercado

Por que bancos estatais no Norte e Nordeste continuam com subsídios?
Por um decisão do governo, BNB e Basa continuam operando com recursos de fundos constitucionais, que são subsidiados para atender projetos de desenvolvimento nessas regiões

Quanto é a diferença?
No Norte e Nordeste, os bancos estatais operam com descontos de 50% da TLP

Recursos do FGTS são disputados pelo BNDES

Evolução dos recursos liberados pelo FGTS para saneamento e que a Caixa não consegue repassar sozinha



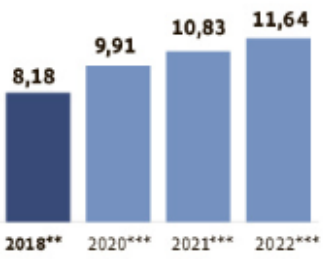
Como o fundo funciona hoje?

- O Conselho Curador do FGTS aprova orçamento para ser destinado ao longo do ano para financiar projetos de infraestrutura e saneamento básico
- Pelas regras de fiscalização das obras, somente a Caixa vem atuando como operador financeiro dessas operações
- O banco estatal usa esse dinheiro para lastrear os financiamentos de obras em prefeituras ganhando, no máximo, 3% ao ano
- O retorno para o fundo não pode ser menor do que a TR (Taxa Referencial) mais 5% ao ano, independentemente de a Caixa ter prejuízo com a operação. O risco é do operador

Por que abrir para o BNDES?

- A Caixa está com pouco capital próprio para, sozinha, conseguir dar conta de fazer girar todo o orçamento do FGTS para projetos de saneamento e infraestrutura
- O Conselho Curador quer rentabilizar ao máximo esses recursos

Gastos do Tesouro Nacional com subsídios em empréstimos mais baratos para empresas que investem no Norte e Nordeste do país



*Até abril **Estimativa baseada no relatório de receitas e despesas do 5º bimestre ***Projeção na PLDO 2019 Fonte: FGTS

CONJUNTURA »

Maior orçamento deve ficar com a Cidadania

Se divisão levar em conta que pasta englobará INSS, Esporte, Cultura e parte do Trabalho, recursos atingirão R$ 500 bilhões

» HAMILTON FERRARI

O desenho orçamentário da Esplanada dos Ministérios começa a ser construído. Com a redução do número de pastas de 29 para 22, a equipe de transição se debruça sobre os últimos arranjos para definir a estrutura final do futuro governo. Ao que tudo indica, Cidadania deverá ficar com a maior parte dos recursos, com mais de R$ 500 bilhões — o que representa mais de 30% de todo o Orçamento dos Três Poderes. Isso porque a pasta reunirá funções de quatro órgãos antigos, inclusive o Desenvolvimento Social, que cuida dos benefícios previdenciários.

Há, porém, uma discussão no grupo de técnicos que atua no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de que toda a Previdência Social poderia ir para o Ministério da Economia, chefiada por Paulo Guedes. A ideia ainda passa por estudos, já que o futuro ministro está com uma megaestrutura após a união da Fazenda, do Planejamento, de parte do Trabalho e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). De acordo com especialistas, Guedes pode enfrentar problemas com o superministério e temas sensíveis podem ficar em segundo plano.

Na prática, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, que vai migrar para a Cidadania, comandada por Osmar Terra. A pasta também cuidará de Esporte, Cultura e parte do Trabalho. Se o INSS for para o Ministério da Economia, Paulo Guedes terá o controle de toda a área previdenciária, desde a elaboração de políticas até a gestão administrativa da área, como atendimento aos contribuintes.

Sem isso, Economia tem o quinto maior orçamento da Esplanada, com R$ 70,5 bilhões. O Correio somou as dotações orçamentárias da Fazenda, do Planejamento e do Mdic, além de um terço do que é esperado para o Trabalho. A última pasta será desmembrada em três, mas o governo ainda define a divisão correta dos números. O levantamento leva em consideração os valores encaminhados pelo governo federal ao Congresso Nacional, estabelecidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019. Os ganhos ministeriais com as emendas parlamentares ainda não foram incluídos na separação de recursos. O PLOA deve ser votado até esta sexta-feira.

Nada definitivo

Mas, na prática, o orçamento de cada pasta só será definido em 2019. Em encontro na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde ocorrem as discussões sobre a peça do próximo ano, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, não levou propostas aos parlamentares. A intenção do governo Jair Bolsonaro é estruturar a Esplanada no início do próximo ano, via medida provisória, decretos ou projetos de lei. Portanto, o Ploa, que será votado neste ano, será baseado nos 29 ministérios atuais.

Além das pastas já citadas, Segurança Pública passa a dividir o status com Justiça, sob a chefia de Sérgio Moro; e Integração se junta com Cidades, no Desenvolvimento Regional, de Gustavo Canuto. No Congresso, há também uma discussão entre os parlamentares sobre o reajuste dos próprios salários. Depois do ganho de 16,38% aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), deputados e senadores também lutam por remuneração mais alta. O primeiro-secretário da Câmara, deputado Fernando Giacobo (PR-PR), tem atuado para reajustar a remuneração dos congressistas de R$ 33,7 mil para R$ 39,3 mil.

Normalmente, o Ploa é o último projeto a ser votado no ano. O recesso parlamentar inicia em 23 de dezembro, mas parte dos congressistas reeleitos deverão ser diplomados na próxima semana pela Justiça Eleitoral, o que pode esvaziar o Congresso.



Nova cara

Com a confirmação de que o número de ministérios será reduzido de 29 para 22, a nova estrutura orçamentária da Esplanada começa a ganhar forma

DE LÁ PARA CÁ

Vários recursos previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019 serão remanejados com as junções de pastas. O Congresso Nacional tem até o fim deste ano para aprovar o projeto.

DEVER DE CASA

Os superministérios ganharão mais recursos. De acordo com analistas, as junções de pastas trarão pouca economia fiscal, mas darão um recado "simbólico" de austeridade à população.

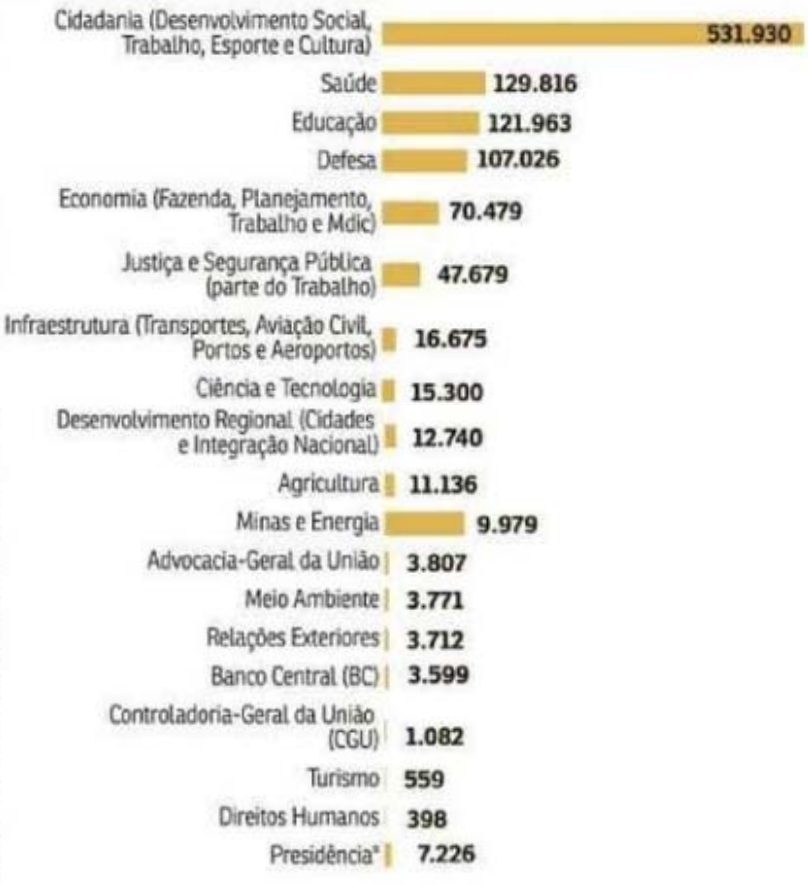
PARA ONDE VAI?

Ainda não está totalmente definido o destino do INSS, atualmente no Ministério do Desenvolvimento Social, que se juntará à Cidadania. Mas pode ser que a autarquia fique na Economia. Se isso ocorrer, Paulo Guedes teria total controle da Previdência Social, cuidando da elaboração da proposta de reforma até a gestão da área, como o atendimento ao público.

A FATIA DE CADA UM

Com base no Ploa de 2019, o **Correio** estimou quanto cada pasta terá no próximo ano, levando em conta as junções anunciadas pelo governo de transição:

Ministério Orçamento (R$ milhões)



*Inclui Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria-Geral, Secretaria de Governo e Casa Civil
Fontes: Ploa de 2019 e especialistas